

# PARLAMENTO EUROPEU

2004



2009

---

4.12.2006

## RELATO

da Delegação *ad hoc* a Timor Leste, 28 de Outubro a 4 de Novembro de 2006

Relatora: Ana Maria Gomes

## 1. Introdução

Em 15 de Junho de 2006, o Plenário adoptou uma resolução sobre Timor Leste solicitando à Conferência de Presidentes que autorizasse o envio de uma delegação parlamentar *ad hoc* a Timor Leste, no Outono de 2006, a fim de avaliar a situação política e examinar a adequação dos programas de assistência da UE.

Em 13 de Setembro, a Conferência de Presidentes aprovou, sem debate, o envio de uma delegação *ad hoc* a Timor-Leste, de 28 de Outubro a 4 de Novembro de 2006, constituída por sete membros a serem designados pelos grupos políticos de acordo com o sistema de rotação de Hondt, a aplicar igualmente aos deputados não inscritos.

A delegação devia ser constituída por três deputados do grupo PPE-DE, dois do PSE, um do ALDE e um dos Verts/ALE.

Após consultas e sucessivas subscrições de posições entre os grupos, apenas seis deputados desejaram participar na delegação: 2 do PPE-DE, 3 do PSE e 1 do GUE/NGL.

Em 19 de Outubro, a reunião constitutiva da delegação elegeu a deputada Britta Thomsen (PSE) como presidente.

Todavia, uma semana antes da partida da missão, a deputada retirou a sua participação o mesmo sucedendo com um dos dois deputados do PPE-DE.

A delegação foi por fim constituída por quatro deputados que, entre si, designaram a deputada Ana Gomes (PSE) como chefe de delegação.

Os participantes foram:

- Deputada Ana Gomes (PSE)
- Deputado Emanuel Jardim Fernandes (PSE)
- Deputado Nirj Deva (PPE-DE)
- Deputado Pedro Guerreiro (GUE/NGL)

A missão foi acompanhada pelo Sr. Jean François Vallin (funcionário PSE), o Sr. João Leite e o Sr. Balazs Reiss (funcionários DEVE), a Sr<sup>a</sup> Alexia Whinting e o Sr. Júlio Monteiro (intérpretes).

O programa oficial da delegação teve início na segunda-feira, 30 de Outubro às 10h00 (ver anexo I relativo ao programa da delegação) e terminou às 23h00 de sexta-feira, 3 de Novembro.

Os deputados iniciaram a sua viagem em 28 de Outubro de estavam de volta a 5 de Novembro de 2006.

Não se registaram quaisquer incidentes durante toda a duração da Missão. Uma discreta força policial acompanhou-nos durante todo o tempo.

Fomos acompanhados pelo Sr. Guglielmo Colombo, funcionário da CE em Díli, e pelo

Sr. Miguel Amado, enviado especial do Presidente Barroso a Timor, que solicitou um adiamento do seu regresso a Bruxelas por uma semana, a fim permanecer em Timor durante a nossa visita.

## **2. Justificação da Missão**

Timor-Leste tem sido devastado pela violência desde a desmobilização, em Abril de 2006, de cerca de 600 soldados, um terço do total das forças armadas; em 28 e 29 de Abril de 2006, um confronto armado entre as forças armadas e as tropas desmobilizadas e apoiantes civis causou um controverso número de acidentes mortais.

Na sequência dos distúrbios, tumultos e violência de bandos, muitas pessoas foram mortas, muitas mais feridas e dezenas de milhares de pessoas fugiram de Díli em pânico e permanecem nas montanhas circundantes ou encontram-se deslocadas sob a protecção da Igreja, da ONU ou de embaixadas.

Segundo informações da ONU, em 25 de Maio de 2006, soldados abriram fogo sobre agentes policiais desarmados, matando nove e ferindo vinte e sete.

A instabilidade em Timor-Leste persistiu não obstante as demissões do Ministro do Interior e do Ministro da Defesa e de outros esforços efectuados e medidas adoptadas pelas autoridades de Timor-Leste.

Os manifestantes exigiam a demissão do Primeiro-Ministro o que se concretizou em 26 de Junho. Em 10 de Julho, foi substituído pelo laureado pelo Prémio Nobel da Paz, Sr. Ramos Horta.

A deterioração da dramática segurança e a crise política conduziram a que as autoridades de Timor-Leste solicitassem, em 24 de Maio, a intervenção de forças armadas estrangeiras para controlar a violência e restaurar a legalidade e a ordem.

A busca da reposição da estabilidade política e social incluiu conversações do Presidente e do Primeiro-Ministro, na presença de observadores da ONU, com os representantes dos soldados desmobilizados e dos agentes e oficiais da polícia que haviam abandonado as suas estruturas organizativas.

O Alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados relatou a existência de mais de 100.000 deslocados como resultado dos tumultos gerados pela desmobilização de um terço das forças armadas e pela fragmentação das forças policiais, agravadas pela violência dos bandos. Muitos campos de refugiados foram estrategicamente montados em frente dos principais edifícios públicos, das instalações da ONU e do aeroporto.

A Missão da ONU em Timor-Leste (UNOTIL) cujo efectivo militar e civil ascendeu, em tempos, a 11.000 pessoas, mas que foi reduzido para 130 funcionários, agentes da polícia e conselheiros militares, devia expirar em 30 de Junho de 2006, tendo sido prorrogada pelo Conselho de Segurança da ONU, em Maio de 2006, apenas por um mês, não obstante, a proposta do Secretário-Geral no sentido do seu prolongamento por um ano.

Como a situação política se deteriorou em Maio de 2006, Kofi Annan enviou Ian Martin da UNTAET a fim de avaliar a situação. Com base no seu relatório, o Conselho de Segurança da ONU criou, em 25 de Agosto, uma nova missão expandida (UNMIT) composta por uma força policial internacional de 1.600 efectivos e 34 oficiais militares de ligação, por um período de seis meses prorrogável. Em 13 de Setembro, um oficial da ONU assumiu o comando do policiamento nacional.

As forças de segurança estrangeiras enviadas a pedido do Governo continuaram a reportar aos seus comandantes, recusando aceitar um comando unificado.

A taxa de desemprego em Timor-Leste ascende a 80%, sendo que 40% da população vive abaixo do limiar da pobreza e 60% não ultrapassa os 18 anos.

Timor tem uma das taxas de natalidade mais elevadas do mundo (mais de 7 filhos por mãe) o que, há medida que o tempo passa, agudizará ainda mais o problema se não forem tomadas medidas para contrariar o factor desemprego. Timor recebeu este ano, pela primeira vez, dinheiro pela exploração de petróleo mas tem uma parca capacidade para promover projectos para a utilização do dinheiro.

A discussão sobre a localização do terminal do gás das jazidas de petróleo, se deve ser em Timor ou no norte da Austrália, é uma causa subjacente a alguns movimentos políticos que alimentam a actual crise.

Outra razão subjacente reside nas disputas por resolver entre aqueles que combateram a ocupação indonésia em Timor e aqueles que emigraram e só voltaram após a independência.

### **3. Resumo da informação recebida (*comentários em itálico*)**

#### **3.1. Sr. Francisco Guterres Lu-Olo, Presidente do Parlamento nacional**

- As forças internacionais não têm capacidade para controlar a situação. Não detêm os agressores, mas apenas aqueles que reagem às agressões.
- A polícia australiana interceptou, num bloqueio de estrada, o comandante em exercício do exército timorense (*Matan Ruak*) e deteve-o durante 45 minutos.
- O Parlamento adoptou uma resolução (*vide anexo*) em 26 de Outubro, sobre o Sistema de Segurança em Timor-Leste (*solicitando o comando da ONU sobre todas as forças militares e policiais estacionadas em Timor-Leste*).
- Aceito as conclusões vertidas no relatório da ONU sobre o sistema judicial, estou todavia em desacordo com alguns pontos específicos, tais como a necessidade de reforçar este sistema. Oponho-me igualmente ao recrutamento de juizes anglófonos, porquanto o nosso ordenamento jurídico se baseia no sistema romano (*vide em anexo, a resolução do Parlamento de 26 de Outubro sobre o reforço e garantia da independência dos tribunais*).

- Foram apresentadas duas propostas de lei eleitoral pelo Governo e pela oposição. Estamos a promover a conciliação entre ambas e esperamos poder votar a lei em Novembro. Um dos pontos que carece de conciliação consiste no limiar de 5% dos votos para que um partido possa ter os seus representantes no Parlamento, mas o meu partido, a FRETILIN, aceita discutir esta questão.
- Desejamos que o Parlamento Europeu envie observadores às eleições. Certamente será enviada uma carta em tempo devido.
- Enviaremos uma delegação parlamentar à próxima Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE, a decorrer em Barbados.
- Acolheríamos com bom grado uma presença mais forte da UE em Timor-Leste, por exemplo no apoio a um sistema de instituições bancárias de crédito agrícola.
- As nossas forças armadas devem ser integradas sob um comando da ONU, que lidere todas as forças em Timor, e os antigos polícias e militares que sejam "recicláveis" devem ser reincorporados.
- Os nossos parlamentares carecem de programas de formação. Necessitamos de mais funcionários com experiência jurídica e solicitamos à UNDP que financie um programa de recrutamento (*a Presidente PE referiu uma correspondência do Sr. Toornstra sobre a possibilidade de o PE proporcionar, futuramente, essa formação*).
- A animosidade Leste-Oeste é artificial.
- O Parlamento terá um importante papel a desempenhar na Iniciativa de Diálogo Nacional.
- O Parlamento criará uma comissão para estudar o relatório da ONU.

### **3.2. Sr<sup>a</sup>. Ana Pessoa, Ministra da Administração Estatal**

- Os problemas ainda não cessaram. As forças carecem de coordenação no terreno e os efectivos policiais são apenas metade dos prometidos.
- As forças australianas não são imparciais. Necessitamos de um comando unificado.
- O programa SIMU-MALU tentará levar segurança aos bairros mediante a criação esquadras policiais locais e de um pacote de reconstrução de alojamento.
- O nosso Estado não está ainda cimentado mas isto não significa, de forma alguma, que seja um Estado falhado. Não é possível construir um Estado nem uma cultura democrática em quatro anos.
- Necessitamos reforçar as Instituições e de fortalecer o desenvolvimento económico sustentável.

- Realizaremos eleições em Abril ou Maio de 2007. Seria ideal uma forte presença da UE e do Brasil. Tentaremos introduzir o voto electrónico.
- O diálogo político não prejudicou ninguém.
- Tentaremos reinserir os Peticionários, mas eles são desertores. Uma equipa técnica tentará resolver o problema nos próximos quatro meses.
- Uma nova lei administrativa será discutida com o intuito de lançar os municípios no início de 2008.
- Está em vias de ser adoptado pelo Governo um programa local de desenvolvimento.

### **3.3. Sr. Arsénio Bano, Ministro do Trabalho e da Reinserção Comunitária**

- Estamos a trabalhar com a ONU sobre os 150.000 refugiados, tentado fazê-los voltar às suas casas (dos iniciais 70.000 em Díli ainda temos 30.000 em campos). A fim de garantir a respectiva segurança, estamos a preparar a criação de esquadras policiais em todos os bairros.
- Ainda não temos uma lei que reja o direito de propriedade. Só agora estamos a iniciar o cadastro das propriedades.
- Foi ministrada formação profissional e foi prestada uma atenção especial ao papel da mulher, do microcrédito e das cooperativas.
- Temos problemas em aplicar todo o dinheiro disponível. Os investimentos estão a ser levados a cabo na agricultura, nos serviços e no sector mineiro. Não cremos que a utilização de dólares americanos reduza a nossa independência.

### **3.4. Sr. Kay Rala Xanana Gusmão, Presidente da República**

- A nossa prioridade consiste em fazer voltar os refugiados aos seus locais de origem. Se não conseguirmos fazê-lo antes da estação das chuvas (*em meados de Novembro*) estaremos confrontados com uma crise humanitária. Visitarei pessoalmente os campos de refugiados no início de Novembro.
- A juventude tem de ser controlada, organizada e deve assinar um compromisso de não-violência.
- Quanto aos Peticionários poderíamos utilizar o dinheiro da cooperação chinesa e enviá-los para Macau a fim de aí exercerem a segurança.
- Perdeu-se a fé na agricultura.
- Sabemos que, simultaneamente, praticamos os salários são os mais elevados da Ásia e somos o país mais pobre. Mas isto deve-se à presença passada de organizações da ONU e aos salários pagos ao respectivo pessoal.

- Teremos a nossa própria moeda, uma política fiscal aberta ao investimento estrangeiro, uma lei sobre a propriedade para criar segurança, mas tudo tem o seu tempo próprio.
- Estou disponível para responder em justiça se me quiserem ouvir sobre factos passados e documentos.
- Apoio a criação de um comando unificado de todas as forças em Timor.
- A Igreja não realiza um trabalho visível.
- Estamos decepcionados com os resultados da iniciativa do Clube de Madrid.
- Não tenho quaisquer provas de influência de países terceiros no meu país.
- Até Fevereiro, será implementada uma iniciativa para fazer recordar os direitos democráticos de forma a viabilizar as eleições em Março. Mas ainda estamos a aguardar a lei eleitoral. Prevemos que 20 partidos apresentem candidatos.

### **3.5. Sra. Domingas Alves, Secretariado da Comissão Nacional para o Diálogo**

- A nossa missão consiste em promover o diálogo. Foi nomeada uma comissão constituída por 21 Membros, 6 dos quais do Oeste, 6 de Leste e 9 provenientes de ONGs.
- Trabalharemos em conjunto com 4 representantes de cada um dos 30 bairros de Díli. Será preparado um workshop com eles.
- A um nível mais elevado, encontrar-nos-emos em 8 de Novembro com os partidos políticos, em 9 de Novembro com as organizações religiosas e em 10 de Novembro com os académicos e com os grupos de artes marciais.
- Em Dezembro estará concluído um programa para o diálogo, seguido em Janeiro de outro que incidirá sobre a educação cívica.

### **3.6. Sr. Mari Alkatiri, Secretário-Geral do Partido da Fretilin**

- Se conseguirmos resolver a crise de liderança e a perda da autoridade estatal, mais de 50% dos problemas ficarão resolvidos.
- Ambas as partes (*Fretilin e o Presidente Xanana*) têm de chegar a um acordo. Tentámos várias iniciativas no último fim-de-semana, que se revelaram infrutíferas. O que aconteceu não pode ser camuflado.
- A autoridade não pode ser recuperada sem credibilidade. Urge transmitir à população uma clara mensagem de segurança.

- É possível a resolução administrativa da crise até 15 de Novembro, mas isso deixará marcas. Se tal não suceder, emergirá uma crise humanitária.
- Temos de saber lidar com as forças de defesa e de segurança. Deve ser muito bem acautelada a relação entre o Estado e as forças internacionais e a questão de como introduzir as nossas próprias forças em acção
- Temos de criar um programa mínimo para que as eleições possam realizar-se no calendário previsto pela Constituição. Isto é muito importante para o modo como, futuramente, a população encarará as eleições.
- Muito embora a nossa população seja 90% católica, não devemos esquecer que mais de 27% votaram pela integração na Indonésia. Tivemos de reintegrar esses 27%, o que constitui um sinal de generosidade e tolerância ("andam pelas ruas mais à vontade do que eu próprio").
- Não podemos ser criticados pelo modo como utilizámos os fundos da CE.
- O nosso país não tinha estruturas, não existia um Estado. O nosso sistema judicial é muito fraco. Não há investimento sem justiça. É impossível criar um Estado em 4 anos, mas realizámos progressos assinaláveis.
- Pretendemos manter a cooperação, não obstante termos começado a receber em Agosto os nosso primeiros fundos da exploração das jazidas de petróleo.
- As negociações com a Austrália foram duras e, provavelmente, este é o motivo pelo qual estamos aqui (*e já não num cargo governamental*).
- O dólar americano foi herdado. Mas como não temos produção interna e como a economia assenta na importação, não nos podemos libertar disso. Se o fizéssemos tal acarretaria a inflação e a nossa maior exportação, o petróleo, é transaccionado em dólares.
- Temos de criar um Banco Central antes de abandonar o dólar (a criação do banco estava bem avançada quando deixei o Governo).
- Não podemos aplicar a Timor as recomendações do FMI ou do Banco Mundial, a não ser que o seu objectivo seja mudar o Governo.
- Costumava ter uma reunião semanal com o Presidente. Encontro-me menos vezes com o Parlamento, mas frequentemente com o Presidente do Parlamento.
- Aqueles que produzem as notícias estão aqui desde a ocupação. Desempenharam um mau papel durante a crise. Estão mal treinados.
- As ONG são empresas e a população não sabe o que são.
- Antes da crise de Março, tínhamos por objectivo a cobertura de todo o país pela



televisão e pela rádio. Já não acredito que isso possa vir a acontecer.

- O êxodo rural foi enorme. A cidade não pode oferecer empregos àqueles que a procuram.
- Não foi o desemprego que despoletou a crise. Se tivesse sido, em vez de 3.000 teríamos visto 200.000 nas ruas.
- Destruir as forças armadas ou a Fretilin corresponderia a destruir a capital simbólica do país. Ambas simbolizam resistência. Destruí-las equivale a destruir o país.
- A crise revelou que as forças armadas estão democratizadas. Actuaram quando chamadas, mas voltaram aos seus aquartelamentos quanto tal lhes foi solicitado. Existe disciplina e existe comando. O partido (*Fretilin*) não tem nada a haver com as forças armadas desde Dezembro de 1987.
- Quanto à minha visão para o futuro, eu diria que essa questão me deveria ter sido colocada em Janeiro.
- Desde Janeiro que os meios de comunicação social australianos me têm atacado com invenções. Por exemplo, a Austrália sabe que eu nunca recebi dinheiro de petróleo "por baixo da mesa", mas ninguém se incomodou a dizê-lo. Instaurámos um processo em Washington e obtivemos ganho de causa em primeira instância. A missão dos media desestabilizou-nos, mas agora protegem a minha porta!!!
- O Presidente Xanana deve admitir os seus erros.
- Não podemos ter 3 comandos das forças presentes em Timor. É necessário um comando unificado.
- Os Peticionários já não são um grupo. A Comissão de Diálogo executa o seu trabalho.
- Estamos no meio de dois gigantes que estiveram de acordo durante muito tempo. Mas temos de alargar as nossas relações e é por isso que é importante ter uma forte presença da UE, a fim de que haja algum equilíbrio.
- Devemos ter uma política energética clara, menos despezista, com hidroenergia, bem como energia solar e energia eólica.
- O nosso maior problema consiste na mudança das mentalidades.

### **3.7. Sessão parlamentar**

*(Foi realizada uma sessão especial no Parlamento timorense para receber a delegação do PE. A Sra. Ana Gomes, presidente, e o Sr. Lu Olo proferiram alocações)*

A Sra. Gomes mencionou a resolução de Junho do PE, afirmou que as crises acontecem em processos democráticos progressivos; que as eleições constituirão um factor crucial e que

todos os intervenientes devem voltar à mesa de diálogo.

O Sr. Olo declarou que não abdicarão dos valores democráticos; que agradecia a ajuda da UE, mas que Timor carecia igualmente de solidariedade diplomática por parte da Europa; que as forças no terreno devem ter um comando unificado, sob a égide da ONU.

### **3.8. Reunião com os oradores**

#### **3.8.1 Fretilin**

- O Governo e os Ministros, individualmente, são chamados ao abrigo do artigo 101º da Constituição. Se não vêm mais frequentemente, tal deve-se ao facto de o Parlamento não possuir pessoal qualificado suficiente para preparar as reuniões.
- Os problemas com a justiça estão associados à falta de juízes e à utilização do sistema de direito continental. Mas pretendemos manter este sistema.
- Estamos agradecidos pelo apoio da UE.

#### **3.8.2 Oposição (10 Partidos mais 1 Independente)**

- O Governo nunca vai ao Parlamento excepto para a discussão do orçamento.
- O anterior Primeiro-Ministro nunca ouviu a oposição, o que já não sucede agora com Ramos Horta.
- A Fretilin (*que possui a maioria qualificada*) votou contra um comité de mulheres, não obstante 27% dos deputados ao Parlamento serem mulheres.
- O Parlamento carece de funcionários, essencialmente juristas.
- Não existe qualquer lei que reja a declaração do estado de emergência ou do estado de sítio.
- Todas as petições apresentadas para declarar que uma decisão é inconstitucional, são rejeitadas pela Fretilin.
- É necessário apoio urgente para reforçar o sistema judicial.

### **3.9. Sra. Adaljiza Magno, Vice-Ministra dos Negócios Estrangeiros**

- Acolheremos com agrado observadores externos aquando das eleições. A ONU apenas proporciona apoio técnico e não gere o processo (*ver a posição de Ramos Horta mais à frente*).
- Convidamos tropas australianas e neozelandesas mas apenas para o período da crise.
- A assistência da China a Timor é muito importante.

- As negociações entre Timor e a Indonésia sobre a definição de fronteiras estão concluídas em 96%.
- Precisamos promover o turismo e as pescas.
- Ratificámos sete convenções relativas aos Direitos Humanos, três relatórios aguardam a aprovação pelo Conselho de Ministros para serem enviados para Genebra.
- Estamos actualmente a proceder à análise do processo AAE, a fim de que possamos assumir brevemente uma posição.

### **3.10. Sr. José Ramos Horta, Primeiro-Ministro**

- O PE sempre foi um fórum para Timor, mesmo quando a ONU não o foi.
- Para resolver o problema dos campos de refugiados com cujos líderes tenho, ultimamente, mantido reuniões precisamos de mais de 12 milhões de dólares. Algumas pessoas nos campos pretendem dinheiro; outras materiais para reconstruir as suas casas antes de abandonarem os campos.
- A segurança não pode ser garantida na sua totalidade atendendo a que apenas metade das forças de ONU chegaram ao território.
- Os EUA, a Grã-Bretanha e o Japão opõem-se a uma força de paz para Timor.
- O comando das forças deve depender politicamente do Presidente Xanana e militarmente do comandante das forças armadas.
- Nunca duvidei da integridade das nossas FDTL (*Forças Democráticas de Timor Leste*). Mas não aceito que permaneçam nos seus aquartelamentos.
- Temos muito investimento previsto, nomeadamente do Koweit, mas existem lacunas na nossa capacidade de executar o orçamento.
- O nosso primeiro Governo falhou no diálogo com o Parlamento.
- Xanana e Matan Ruak não falam um com o outro (*Falaram no dia seguinte, antes de nos termos encontrados com o último*).
- Conduziremos o processo eleitoral, mas a ONU não deve estar limitada à assistência técnica; a ONU deverá verificar cada uma das fases eleitorais.
- Pretendemos que os observadores da UE cheguem com alguma antecedência às eleições.
- Atribuiremos dinheiro a todos os partidos que participem nas eleições (*são necessárias 1.500 assinaturas para que um partido possa ser registado*).

- O problema dos Peticionários será resolvido até Dezembro através da criação de cooperativas.
- Não chegou ainda a hora da nossa moeda. A vantagem do dólar americano é a inflação. É claro que torna as coisas mais caras, mas o problema real são os elevados salários praticados pela ONU para que não houvessem diferenças entre quem trabalhava para a organização e quem não trabalhava.
- Lançaremos incentivos fiscais em benefício dos investidores e passaremos à revisão dos impostos que incidem sobre os consumidores. Pretendemos igualmente criar garantias para investidores.
- A fim de dirimir as questões de propriedade, pretendemos instituir uma comissão arbitral.
- Reinado (*o chefe dos Peticionários*) não tem a protecção dos australianos, mas acontece que as forças australianas cometeram erros sucessivos.
- O antigo Ministro Lobato (acusado no relatório da ONU) não tem segurança à porta, mas não fugiu. Esta é uma questão judicial.
- Esperamos que a força internacional permaneça, no mínimo, até Dezembro. Talvez possamos fazer com que permaneça até às eleições.
- Agradecemos ao Presidente Barroso ter tomado a decisão de criar uma Embaixada da UE, tornando assim mais visível a presença da CE.
- O país carece de uma cultura de diálogo, a ser promovida pelo Clube de Madrid ou por outras instâncias.
- Iremos proceder à abertura de uma Embaixada no Vaticano.

### **3.11. Reunião com os Embaixadores de Portugal, dos EUA, da Austrália e da Irlanda**

*(A Sra. Ana Gomes começou por fazer um resumo dos contactos que a Missão tinha tido até à data)*

#### **Austrália**

- 3 faces da crise: má governação (e não o problema dos Peticionários que constitui um mero sintoma); crise securitária; crise política que põe em causa a viabilidade do país.
- As FDTL constituem uma segurança artificial.
- A soberania foi colocada em risco quando se fez apelo à comunidade internacional.
- O Leste contra Oeste passaram do artificial ao real.

- As expectativas de que as eleições resolverão o problema são fictícias. Apenas nos podemos congratular se decorrerem bem, porquanto os problemas subsistirão após as eleições.

## **EUA**

- Não vislumbro uma solução para o conflito subjacente à crise.
- Existe uma atmosfera de impunidade.
- Não existe um policiamento efectivo.
- Os dois últimos factores podem melhorar se a acção judiciária também for aprimorada.
- As FDTL são demasiado imaturas. Conjuntamente com a polícia constituíram dois problemas e não são guardiãs da segurança.
- Os problemas da evolução da polícia estão associados a aspectos passados da ONU por resolver e também ao facto de o Ministro em exercício não ter atendido ao que lhe era dito. O facto de usarem uniforme não faz das pessoas polícias. Estas são repetições de erros passados.
- O mesmo se aplica ao sistema judicial, que não pode ser melhorado com o pessoal interno.

## **Irlanda**

- Não sabemos onde os rumores acabam e a realidade começa.

## **Portugal**

- A crise na Igreja e a crise militar deveriam ter sido resolvidas pelas forças policiais. Quando ambos promoveram manifestações, veio à luz a fragilidade das Instituições.
- As Instituições padecem de enormes problemas de capacidade.
- Interrogo-me sobre a capacidade do Parlamento para alcançar um acordo sobre a lei eleitoral entre a Fretilin e a oposição. E aí surgirá a questão de como a mensagem chegará à população.
- Não existe um plano sobre qual o papel a desempenhar pelas forças armadas timorenses.

*(À excepção do Embaixador australiano, todos os outros embaixadores estiveram presentes no jantar oferecido pelo Embaixador português, na sua residência, no último dia da missão. Esteve igualmente presente no jantar o Embaixador indonésio, o Representante Especial do Secretário-Geral da ONU, o Chefe da Polícia da ONU, o Representante em Díli do Clube de Madrid e funcionários superiores do Parlamento timorense).*

### **3.12. Sr. António Franco, Gestor da delegação do Banco Mundial em Timor**

- Operamos através de subvenções, não de créditos.
- Existe um fundo fiduciário para Timor com um programa de apoio consultivo e com um orçamento de 10 milhões de dólares.
- Coadjuvamos o Governo a dar prioridade às actividades mais importantes. O Governo elabora planos de investimento sectorial para três anos e planos de acção anuais.
- Gerimos igualmente o programa de habilitação dos funcionários de ministérios.

### **3.13. Brigadeiro Taur Matan Ruak, Comandante das FDTL**

I. Os aspectos subjacentes à crise são:

1. Problemas mal resolvidos ou por resolver
2. Interesses múltiplos
3. Personalidades conflituosas: 3 grandes grupos
  - Aqueles que vieram do mato
  - Os exilados (que vieram de regimes totalitários em África)
  - Aqueles que sempre viveram em Timor mas que têm dupla personalidade, relacionando-se, simultaneamente, com a Resistência e com as forças indonésias.

4. Má governança

II. Durante a luta pela independência existiam dois grupos. Um lutava pela independência, o outro pela autonomia ou integração na Indonésia. Após as negociações sob a égide da ONU, foi realizado um referendo e a independência ganhou.

Após a independência, encetámos a construção do Estado e os dois associaram-se, fundiram-se mesmo em certa época. Mas cindiram-se novamente, criando pequenos partidos políticos. A Fretilin emergiu não apenas com mandato para gerir a administração, mas sim para construir o Estado.

III. A crise é política tal como as FDTL afirmam no seu documento. Foi instituída uma comissão para indagar as responsabilidades pela crise. O objectivo era fazer cair o Governo e dissolver o Parlamento. Reconhecemos que sob as forças armadas existe o perigo de ressurgimento de um novo nacionalismo timorense.

Para nós, a Constituição tem primazia seguida do consenso baseado em diálogo. Todas as nossas exigências assentam na Constituição: eleições de 5 em 5 anos; revisão da Constituição após 6 anos.

Por isso, dissemos aos políticos que não havia motivos para precipitações.

Durante as nossas negociações com a Fretilin (Sr. José Reis) apresentámos 6 opções: manter o *status quo*; criar 2 cargos de Vice-Ministro, 1 para um membro da oposição e outro para um independente; admitir a substituição do Presidente da República; a demissão do Primeiro-Ministro mas a manutenção do Governo e do Parlamento; demissão do Primeiro-Ministro e a queda do Governo; esta última mais dissolução do Parlamento.

- O exército não acredita em eleições antecipadas. É necessário que o Estado se imponha a fim de não perder o controlo no país.
- A questão não incide sobre saber quem tem as maiores responsabilidades; mas sim, salvar a frágil democracia e desenvolvimento do país.
- Eu estava fora do país quando a crise despoletou. Após regressar, encontrei-me com representantes dos EUA e da Austrália. O comandante da frota dos EUA no Pacífico perguntou-me se eu considerava ser necessária a intervenção estrangeira. As fragatas australianas encontravam-se nas nossas águas antes de 11 de Maio (*a Austrália também reservou alguns alojamentos com semanas de antecedência em relação à informação ter chegado à delegação*). É difícil para alguém que combateu durante 24 anos no mato aceitar forças externas. Recordamos quão mal tratados fomos pela INTERFET em 1989. Aeronaves não identificadas tentaram aterrar em Baucau (*a segunda maior cidade com o melhor aeroporto*), portanto tivemos de ocupar o aeroporto e propusemos a aquisição de mísseis aéreos.
- Em 24 de Maio, propusemos ao Ministro da Defesa, Roque Rodrigues, ser autorizados a partir para a ofensiva. Ele não nos autorizou e agora temos um conflito ainda maior e uma intervenção estrangeira.
- Não me surpreendeu o facto de que apenas um dia após termos assinado os papéis (24 de Maio) as tropas tenham sido enviadas (25 de Maio). Os barcos já aqui estavam.
- Todos os movimentos do exército timorense são controlados. Em 24 de Outubro fui obrigado a parar por civis armados (com facas de mato) com tropas australianas na retaguarda. Em 5 de Junho, já tinha solicitado a criação de uma comissão que indagasse o comportamento das forças internacionais. Foi-me dito que havia sido uma perseguição e não foi nomeada qualquer comissão ... mas, algum tempo mais tarde, foi designada uma comissão para indagar o alegado massacre (não existiu qualquer massacre, tal como dissemos). Iremos solicitar novamente a criação de tal comissão.
- Pretendemos que o comando das forças internacionais seja atribuído à ONU.
- O Cônsul australiano já me perguntou se era verdade que eu era anti-Austrália. O povo australiano já revelou a sua generosidade para connosco, mas o Estado tem os seus próprios interesses. Não se aceitam lições. Sabemos que a nossa segurança implica boas relações com os Estados vizinhos.
- Estamos prestes a tornarmo-nos um Estado falhado.
- Dado que o pedido para o envio de forças internacionais foi vago no respeitante ao mandato, tentaram imediatamente substituir as nossas forças policiais e militares. Disse ao Primeiro-Ministro que lutaríamos novamente contra qualquer tentativa de desmembramento das nossas forças. Conseguiram desarmar a polícia, mas não tiveram coragem de fazer o mesmo connosco. 80% daqueles que lutaram contra a ocupação estão nas forças armadas.

- Timor não aceitará fazer parte do arco diabólico australiano. Estamos convictos de que quando o mandato das forças internacionais cessar, as forças australianas não abandonarão o país ... veremos o que acontecerá então.
- Nós (FDTL) somos vistos como os maus da fita. Mas as 200 armas sem paradeiro pertencem à polícia. Grupos chefiados pelo Reinado ou Railós continuam na posse de armas e as armas que distribuimos aos veteranos foram todas devolvidas após 2 dias e meio de o termos solicitado. Ouvem-se igualmente rumores sobre armas ilegais, drogas e dinheiro a entrar no país. Interrogo-me porque é que isso se sucede agora.
- Lutamos pelo país, não por grupos. Este é o motivo pelo qual são necessárias eleições democráticas e a construção do Estado deve prevalecer sobre discussões pelo poder. O diálogo é necessário, sob condição de se realizar à porta fechada por respeito à minha profissão e aos próprios líderes.
- Os Peticionários são actualmente civis. Não os podemos aceitar no exército. Encontrem uma solução para eles com o dinheiro proveniente do Timor GAP, foi o que eu solicitei e que o Primeiro-Ministro aceitou.
- Não tenho quaisquer problemas em apresentar-me perante um tribunal. O que eu não posso aceitar é que os Peticionários reingressem no exército (*Matan Ruak relata-nos uma história completa sobre os incidentes ocorridos entre 11 de Janeiro e 20 de Fevereiro*).
- A transparência não deve ser só aplicável às FDTL, também à Austrália e os incidentes por ela criados (*efectivamente o general em comando das forças australianas foi substituído durante a nossa estadia em Timor, sob o argumento de que a imagem da Austrália devia ser melhorada*).
- A declaração do Presidente Xanana sobre os loromunos e os lorossaes, proferida em 23 de Março, piorou a crise. Este é um conflito artificial.
- A minha casa foi atacada em 24 de Maio pelas forças policiais. Após solicitar um cessar-fogo a fim de tirar os meus filhos para fora de casa, o tiroteio recomeçou.
- O relatório da ONU contém omissões e as acusações contra nós não correspondem à verdade. Tal como disse, todas as armas do exército foram devolvidas. Tínhamos um bom serviço de informação; sabemos que elementos da polícia estão a prestar informações aos consultores internacionais.
- O povo timorense só dialoga em ocasiões festivas. Não existem hábitos de diálogo. O Parlamento não ouve o que a oposição tem para dizer. Eu próprio só foi chamado três vezes ao Parlamento e sempre me apresentei quando convocado.

### **3.14. Sr. Finn Reske-Nielsen, Representante Especial do Secretário-Geral da ONU e Representante Residente da UNDP**

- Agradecemos à UE o apoio que recebemos para o nosso programa, quer sob a forma de apoio técnico ou em numerário para o nosso programa de trabalho. Esperamos que o apoio



continue para as eleições e que possam ser enviados observadores.

- O processo democrático de governança não pode estar concluído em apenas 4 anos. As instituições estão subdesenvolvidas, principalmente o Parlamento e o sistema judicial. Este último vai depender durante muito tempo de instâncias internacionais. 2.400 processos encontram-se pendentes e, segundo o relatório da ONU, é imaginável que mais 700 processos se encontrem a aguardar. Também não existe qualquer sistema de auditoria. No que diz respeito à monitorização e à consultadoria para acções de desenvolvimento apenas encontramos uma dúzia de pessoas e apenas uma que se ocupa do Parlamento. Eles precisam de um melhor sistema de avaliações e equilíbrios.
- Aguarda-se que seja nomeado esta semana um novo representante do Secretário-Geral da ONU.
- Vamos proceder ao encerramento de 4 campos de refugiados na próxima semana. Não recorreremos à força, mas cessaremos o fornecimento de comida obrigando-os a ir para outro sítio.
- Cinco de treze esquadras policiais estão operacionais. 196 polícias timorenses estão novamente operacionais aos quais acresce a polícia internacional composta por 920 membros (1.100 em Dezembro). A polícia timorense nunca desapareceu de Díli. Esperamos que após cinco anos todo o policiamento possa ser efectuado por forças policiais timorenses.
- Confessamos que não obstante estarmos incumbidos da formação das forças policiais, não vislumbrámos os sinais da crise. Para nós, o problema reside nas rivalidades entre a polícia e as forças armadas.
- As negociações entre a UNO e a Austrália relativamente às forças militares não estão concluídas. O comando unificado nunca pretendeu incluir forças australianas no exército timorense. Estamos preocupados pelo facto de o exército estar confinado aos seus aquartelamentos e testemunhámos casos de militares, vestidos à civil, levando armas para fora dos aquartelamentos.
- O Primeiro-Ministro Ramos Horta solicitou à ONU que gerisse as eleições, o que não aceitámos. Todavia teremos 460 observadores numa base voluntária e 35 peritos eleitorais que serão enviados para vários serviços, nomeadamente, a Comissão Eleitoral ou o Parlamento, para consultadoria política e monitorização.
- O projecto da UNDP está focalizado nos aspectos técnicos da educação cívica, educação para as eleições e apoio aos partidos políticos.
- Instaremos todos os partidos políticos a assinar um Código de conduta para os meios de comunicação social.

### **3.15. Reunião com o Fórum das ONG**

- Existem quase 500 ONG em Timor, das quais cerca de 300 são timorenses.

- O Fórum ONG é composto por 4 grupos de trabalho: protecção das crianças em campos de refugiados; campanha para a unidade nacional; distribuição de ajuda humanitária e de apoio em caso de violação de direitos humanos; segurança e relações com a Igreja e os chefes dos Sucos (*responsáveis locais eleitos*) e com os grupos de jovens dos bairros.
- Desenvolvemos uma sessão de trabalho com a participação do Comandante australiano, do Primeiro-Ministro e do Ministro do Interior sobre o papel das forças bilaterais. As conclusões foram entregues ao Presidente, às forças armadas e à ONU. As três conclusões principais foram: as forças devem estar sujeitas a um comando unificado da ONU, tal como o Parlamento solicitou; a polícia nacional deve ser reestruturada e articulada com as forças internacionais; as agências de ajuda humanitária devem cooperar com as organizações locais e o Ministro do Trabalho deve monitorizar as ONG nacionais.
- Há 9 representantes de ONG na Comissão de Diálogo Xanana. Uma reunião alargada com representantes de 13 distritos realizar-se-á em 10 de Novembro.
- No passado, as ONG não eram reconhecidas pelo Governo. A nossa missão tem de ser discutida, mas já sentimos alguma mudança no modo como os deputados nos contactam. Tomámos parte na discussão pública sobre a lei eleitoral e reunimos, uma vez por mês, com o Primeiro-ministro.
- Acompanhamos, desde 1999, através da Aliança para um Tribunal Internacional, as expectativas das vítimas da ocupação. Quanto a esta vertente não temos apoio nem do Presidente nem do Governo.
- Vive-se um ambiente de impunidade. Não existe paz nem reconciliação sem justiça. Neste aspecto apoiamos a Igreja. O sistema judicial tem de ser reforçado; a Procuradoria pública deve ser mais transparente e mais rápida. Ela não confere protecção a documentos ou testemunhas.
- Os juristas e juízes timorenses já exerciam funções durante os tempos da UNTAET, portanto, mesmo que não falem português pode agora recorrer-se a eles.
- Alguns juízes internacionais têm laços familiares com membros do Governo, portanto não são independentes.
- Somos financiados por sete entidades doadoras (Oxfam, Concern, Caritas Irlandesa e Neozelandesa, Fundação Konrad Adenauer, IVO Países Baixos e uma Rede de Juristas do Sudeste Asiático).

### **3.16. Reunião com o Vice-Procurador e Magistrados Internacionais**

- Estamos aqui para transmitir know-how. A nossa tarefa consiste em observar o sistema existente, não a criticá-lo.
- O Código Penal é indonésio mas o Código de Processo Penal já é timorense.
- Os Procuradores nacionais já participam nos julgamentos, não obstante o seu português não

ser o melhor.

- A polícia criminal virá das forças da ONU. Até agora, foram os australianos que exerceram essa função.

- O julgamento do ex-Ministro Lobato começará em 30 de Novembro. O Ministro da Justiça e não a Procuradoria Pública é responsável pela sua prisão domiciliária. No que diz respeito a Reinado, está a decorrer um inquérito, mas não cabe à Procuradoria Pública verificar se o mandato de detenção é executado.

- O impacto do relatório da ONU foi quase inexistente, contrariamente ao que o anterior representante da ONU, Sr. Asagawa, continua a dizer. A única coisa que aconteceu é que aquilo que costumava ser mantido sob sigilo judicial agora é revelado.

- Toda a gente deve ter presente que existem no país outros processos judiciais além dos políticos. Trabalhamos com défice de competências, falta de pessoal e de investigadores. O que levaria 4 meses em Portugal aqui leva oito anos.

### **3.17. Reunião com o PD**

- Para o Partido Democrático (PD) a causa da crise consiste na insensibilidade e na incapacidade do Governo. No cerne, encontra-se a questão dos petionários, que podia ter sido imediatamente resolvida, mas devido aos comandantes das FDTL, que pensam ser os veteranos, e ao Ministro da Defesa temos agora um grande problema.

- A substituição do Primeiro Ministro constituiu apenas uma mudança na mesma equipa. O Governo perdeu toda a credibilidade perante a população. Somos por um governo de transição sob a égide do Presidente da República, com um mandato para preparar as eleições.

- Não fomos consultados quando a decisão de trazer forças externas foi tomada. A nossa sociedade vive à margem da legalidade e da ordem e os direitos de propriedade estão sob ameaça. Há Ministros do Governo que são parte do problema.

- As querelas entre as forças portuguesas e australianas atrasaram a solução do problema. É necessário um comando unificado.

- As eleições são para nós um modo de consolidação das Instituições e não um fim. Mas se a situação não for resolvida até lá, as expectativas frustrar-se-ão.

- No Parlamento tudo é decidido pelo Presidente. As reuniões dos deputados são uma mera formalidade.

- Estamos conscientes de que a nossa débil justiça é parte do pacote da crise.

### **3.18. Reunião com o PSD**

- O Partido Social Democrático não está surpreendido com a crise. Continuamos a dizer que a maioria da Fretilin foi fabricada.

- Os nossos símbolos foram importados, os nossos dias festivos estão errados, a nossa Constituição contém partes inaceitáveis, a nossa polícia é parcial e o discurso loromuno/lorossae foi desarrazado.
- A polícia escapou ao controlo da Fretilin. Lobato já havia tentado destruir a Fretilin em Moçambique.
- Os Peticionários foram expulsos com base em regulamentos internos e não na lei.
- O discurso de Xanana sobre os loromuno/lorossae e sobre a ligação às milícias foi erradamente interpretado.
- Apenas o Conselho para a Defesa, e não o Conselho de Estado, foi convocado aquando da tomada de decisão de chamar forças externas.
- O acordo sobre o petróleo com a Austrália foi assinado em 20 de Maio de 2000, o primeiro dia da independência, portanto ninguém foi consultado.
- A situação dos refugiados poderia ser resolvida em 15/20 dias. Eles sabem que o Governo lhes dá o que querem e que não há necessidade de trabalhar. Aqueles que permanecem nos campos estão todos ligados ao mesmo partido (*leia-se Fretilin*).
- As relações entre Xanana e Alkatiri são falsas. A substituição do Governo foi um golpe de estado institucional. Xanana é responsável pela situação, portanto cabe-lhe resolvê-la.
- A solução só pode vir com as eleições, mas estas não podem ser controladas pelo Governo.
- O Parlamento funciona mal. A informação não circula. O período antes da ordem do dia foi cancelado. As leis que deviam ter sido adoptadas pelo Parlamento, tal como a lei sobre as regiões são adoptadas pelo Governo.

### **3.19. Reunião com a Fretilin**

- Nós não somos antidemocratas. Poderíamos sê-lo se quiséssemos porque temos uma maioria qualificada no Parlamento.
- O Parlamento concordou em solicitar um comando unificado para as forças. Nós, no Parlamento, não tivemos uma palavra a dizer quando essas forças foram solicitadas a vir e manifestamos a nossa insatisfação ao Presidente do Parlamento.
- Durante a reunião desta manhã, um dos nossos membros decidiu ouvir o Sr. Alkatiri o mais rapidamente possível. Quanto a Lobato, ele estava protegido por forças internas. Não sabemos por que é que a protecção cessou.
- Solicitaremos que sejam instaurados acções urgentes contra as pessoas acusadas no relatório da ONU. Já foi constituída uma comissão de inquérito com 4 membros da Fretilin e 3 da oposição, com um mandato para elaborar um relatório.

- A maioria dos nossos leaders encontra-se em campos de refugiados. Tem de haver novas iniciativas sobre os veteranos para que os seus lugares no exército possam ser ocupados com sangue novo.

- Reinado saiu da prisão. Dois carros esperavam-no cá fora. Há um padre que pede uma bênção especial para ele, e chama-lhe o nosso Nelson Mandela.

- Loromuno e lorossae são da responsabilidade de Xanana. Durante a minha vida não houve conflitos étnicos em Timor.

- Aprovaremos uma resolução no Parlamento destinada a proibir a venda de bebidas alcoólicas na rua.

### **3.20. Sr. Endre Vigeland, Secção Parlamentar da UNDP**

- O Parlamento é a Instituição mais fraca. Se o nosso projecto de apoio que termina em Abril de 2007 não for financiado teremos problemas acrescidos. Actualmente, o projecto é financiado pela Noruega e pela Austrália.

- A Universidade de Direito só iniciou os seus cursos em Janeiro de 2006, portanto não há juristas no mercado. Temos problemas em recrutá-los porque o Governo não pode pagar-lhes mais do que paga ao Primeiro Ministro.

## **4. Deslocações *in loco* e outras visitas**

A missão visitou a construção do hospital financiado pela CE, em Maubisse, no Norte de Díli. Devido ao escasso pessoal do gabinete da CE o projecto não está a ser devidamente monitorizado. A maioria dos funcionários do hospital será cubana. Já estão a trabalhar no antigo hospital.

No dia seguinte, viajámos para Oeste a fim de visitar as instalações do projecto financiado pela CE em Baucau. Alguns destes estão a ser desenvolvidos pela IOM. Também vimos uma carpintaria financiada pela Igreja de Baucau.

*(Podemos verificar como as estradas em Timor constituem um factor contra um melhor e mais rápido comércio e relações entre as comunidades. Conseguimos também perceber que a descentralização é um conceito esquecido, quer em termos de desenvolvimento rural, planeamento ou mesmo utilização local de receitas fiscais geradas localmente. Podemos testemunhar a pobreza extrema de algumas comunidades, a destruição geral que ainda pode ser vista em todas as aldeias que atravessámos, mas também uma gentileza única por parte de todas as pessoas que tivemos oportunidade de encontrar, idosos e jovens. Não conseguimos deixar de pensar no enorme potencial turístico que o país tem, se houver investimentos em melhores estradas e novos hotéis).*

Foram efectuadas duas visitas a congregações religiosas em Díli, os Salesianos e os Canossianos. Visitámos um campo de refugiados e testemunhámos o trabalho importante e

indispensável que as congregações desenvolvem junto das populações, tentando simultaneamente manter as suas actividades de educação normais.

*(Ambas as congregações tornaram claro que a Igreja e a Fretilin tem um passado de resistência comum e que a situação presente deve ser resolvida com a sua participação de ambas)*

## **5. Última conferência de imprensa da Delegação**

Assistiram à conferência a RTP (Rádio Televisão Portuguesa), a Agência Lusa (Agência Portuguesa de Notícias), a Rádio Renascença (emissora católica portuguesa) e a Kyodo News (Japão). A ausência dos meios de comunicação social foi explicada pelo representante CE, devido ao facto de, por norma, os meios social timorenses não comparecerem a conferências de imprensa.

A Presidente, Sr.<sup>a</sup> Ana Gomes, começou por explicar os objectivos da Missão, consistindo estes nos contactos com as autoridades, em especial o Parlamento nacional, e em verificar qual a evolução da crise e como é que os projectos da UE podiam contribuir melhor para os objectivos de desenvolvimento a longo prazo de Timor.

Seguidamente apresentou as principais conclusões da Missão:

- Timor-Leste não é um Estado falhado e não permitiremos que em tal se transforme.
- Timor está a atravessar uma crise que pode ser superada; vários factores contribuíram para a crise, principalmente lacunas governamentais que carecem de capacitação.
- A principal prioridade consiste em resolver o problema dos refugiados; eles ocupam locais estratégicos na cidade. É necessária persuasão para que abandonem voluntariamente estes locais e para que isso aconteça antes que a estação das chuvas chegue. Pode desenvolver-se uma crise humanitária se os refugiados não abandonarem os campos antes estação das chuvas.
- É necessário um esforço conjunto nos campos de refugiados, a ser desenvolvido pelo Presidente, o Governo, a Igreja e as ONG, mas também para garantir a segurança nos bairros e para acordar sobre qual o papel das forças das polícias internacionais e da nova polícia nacional e para reconstruir novas casas e recuperar aquelas que foram queimadas.
- Os novos membros da polícia nacional, seleccionados sob a supervisão da ONU, devem ser formados e colocados nos bairros de Díli.
- O povo timorense deve convencer-se de que a crise tem origem política e que esta deve ser resolvida mediante o diálogo político.
- Solicitamos aos líderes nacionais que encetem o diálogo, tal como fizeram no passado, por forma a que o sentimento de segurança seja absorvido pela população.
- No que diz respeito ao Parlamento, instamos a que as práticas democráticas sejam

ancoradas e que o consenso seja desenvolvido.

- Como o que está em causa é a independência nacional, congratulamo-nos com o apelo à unidade que consta das últimas resoluções parlamentares sobre segurança e comando conjunto das forças.
- Apoiamos o comando unificado sob a égide da ONU, necessário para lidar com os enormes problemas de segurança; congratulamo-nos igualmente com a posição dos líderes do partido da oposição, todos em favor deste apelo.
- O Parlamento deve ser visto como o cerne da democracia num Estado democrático; associado a isto está o reconhecimento do papel que as FDTL podem desempenhar e como estarão envolvidas com as forças internacionais;
- A justiça também é uma área que deve ser melhorada, porquanto é essencial para a credibilidade do Estado;
- Viemos igualmente para verificar os progressos e o impacto da acção da CE; iremos recomendar mais acções no campo da justiça e na capacitação técnica para o funcionamento democrático do Parlamento; estão a decorrer programas do FED mas recomendaremos que sejam reforçados e que o Gabinete da CE em Díli seja elevado ao nível de embaixada e dotado de mais pessoal;
- Timor faz parte do Acordo de Cotonu e por conseguinte congratulamo-nos por saber que uma delegação parlamentar timorense participará na próxima Assembleia Parlamentar Paritária que decorrerá em Barbados, em Novembro;
- Exortamos a que a lei eleitoral seja rápida e consensualmente adoptada, porquanto é necessária para a actualização dos registos. Esperamos que a ONU aceite certificar todas as fases das eleições. Solicitamos à CE que apoie financeiramente as eleições e que uma missão eleitoral de observação da ONU possa ser enviada; o Parlamento autorizará certamente uma missão parlamentar de observação das eleições a curto prazo se for enviada uma solicitação nesse sentido por parte do Parlamento nacional.

Ao responder às questões da imprensa, a Presidente e os membros tornaram claro que a Missão não tinha por objectivo avaliar a actuação das Instituições timorenses. Não obstante o reconhecimento dos erros por parte de algumas das pessoas com quem tiveram oportunidade de falar, quer no Governo quer no Parlamento, e do facto desses erros terem sido explorados por agentes internos e externos, há vários motivos subjacentes à crise, alguns provenientes da passada guerra da independência, outros mais recentes associados ao desemprego, às barreiras linguísticas, à cultura de bandos. Esclareceu-se ainda ser inaceitável que os erros pudessem ser um pretexto para intervenções externas que não sejam solicitadas pelas autoridades timorenses. Agora que Timor dispõe de fundos, o que não aconteceu nos primeiros três anos de independência, se as acções de capacitação forem rápidas e focalizadas nas carências técnicas é possível que a descentralização seja implementada de forma a abordar as carências fundamentais da população, independentemente da área da ilha em que vive. É, no mínimo, curioso e leva-nos a reflectir o facto de a crise surgir quando aparecem os primeiros fundos

para um desenvolvimento real do país.

Lançamos um apelo final no que diz respeito ao papel dos meios de comunicação locais e à necessidade de extensão da cobertura de todo o país pela rádio e televisão. A crise não deve ser aproveitada para justificar o processo quase acabado de cobertura do território por esses meios de comunicação social.

## **6. Cotejo com a resolução do Parlamento**

1. Exorta todas as partes presentes em Timor Leste a absterem-se de práticas de violência, a envolverem-se num diálogo plenamente inclusivo para resolver as suas diferenças políticas e a participarem no processo democrático no âmbito do quadro legal e constitucional, contribuindo, assim para a restauração da estabilidade política e social;

**A Delegação não tem motivos para concluir que as forças políticas em Timor não iniciarão e concluirão positivamente o processo de diálogo necessário à resolução da crise.**

2. Congratula-se com a decisão adoptada pelas autoridades de Timor Leste no sentido da organização de um inquérito internacional aos acontecimentos de 28 e 29 de Abril e 23,24 e 25 de Maio de 2006, contexto em que os confrontos armados entre as forças armadas timorenses e soldados anteriormente desmobilizados e seus apoiantes civis resultaram num número ainda incerto de baixas;

**Foi instaurado o inquérito da ONU. Aguardam-se para Novembro primeiras acções em tribunal. Não há motivos para concluir que as recomendações da ONU não sejam tomadas em consideração. O Parlamento adoptou uma resolução destinada a nomear uma comissão especial para se ocupar do relatório da ONU e recomendar acções subsequentes.**

3. Exorta o Governo e o Presidente da República de Timor-leste a tomarem todas as medidas necessárias para pôr cobro à violência e restaurar um ambiente seguro e estável no pleno respeito da Constituição de Timor-leste;

**Com a colaboração das forças externas estas acções estão a ser executadas. Todos os políticos com funções a alto nível tomarão parte no processo de desmantelamento dos campos de refugiados, através do diálogo e da persuasão.**

4. Assinala que o papel a desempenhar pela comunidade internacional e, em particular, pelas Nações Unidas e pelo seu Conselho de Segurança, assume importância vital para o processo de consolidação do Estado de Timor Leste e da sua independência e soberania, bem como para a consolidação da democracia nesta jovem nação;

**A acção da ONU em Timor deve estender-se, no mínimo, até que os resultados das eleições sejam publicados e um novo Governo seja empossado. A ONU não pode repetir erros passados deixando o país à pressa;**

5. Salaria que há que inverter o processo de gradual redução da Missão das Nações



Unidas em Timor Leste ao longo dos últimos quatro anos, e solicita a mobilização urgente de forças policiais sob tutela das Nações Unidas, visando contribuir para a restauração da estabilidade, bem como o envio de uma força de manutenção da paz mandatada pela ONU, em conformidade com o solicitado pelas autoridades de Timor Leste em 13 de Junho de 2006;

**Estando a decorrer a mobilização, apelamos aos países que responderam a esse apelo para que mobilizem a totalidade dos seus efectivos por forma de que todas as tropas previstas estejam no terreno e contribuam para um clima geral de segurança.**

6. Congratula-se com a extensão do mandato das Nações Unidas, de acordo com as propostas do Secretário-Geral, e apela a que unidades de manutenção da paz e as forças policiais civis permaneçam em Timor Leste até que as forças armadas e a polícia deste país possam assumir as suas funções;

**É urgente que a polícia timorense de Díli seja reintegrada, que o processo de selecção de novos recrutas se conclua e que a polícia seja mobilizada para os bairros; fora de Díli a polícia funciona;**

7. Recomenda que, no respeito das autoridades soberanas de Timor Leste e da especificidade do mandato atribuído a cada uma das forças internacionais presentes no país, sob supervisão e acompanhamento das Nações Unidas, se estabeleça e mantenha entre estas uma eficiente articulação horizontal por forma a melhor servir os interesses do povo timorense, o efectivo restabelecimento da ordem e o mais rápido regresso à plena normalidade institucional;

**O exército timorense (FDTL) deve tomar parte no esforço de implementar a segurança no país e ser inserido sob um comando conjunto da ONU de todas as forças em Timor**

8. Regozija-se com a admissão de Timor-Leste ao grupo de Estados ACP;

**Timor estará presente na Assembleia Parlamentar Paritária ACP-UE em Barbados, com uma delegação chefiada por um Vice-Presidente do Parlamento.**

9. Reconhece que Timor-Leste necessita de apoio político, técnico e financeiro para a reconstrução das infraestruturas e das estruturas administrativas essenciais ao reinício da execução do seu plano de desenvolvimento;

**Confirmamos que esta pode ser uma das questões mais importantes sobre o futuro timorense. A capacitação será uma das áreas de investimento de maior envergadura. Este é o único caminho através do qual o Governo, o Parlamento e o sistema judicial poderão desempenhar as respectivas missões com independência.**

10. Exorta a União Europeia e a comunidade internacional a manterem e intensificarem o seu apoio à consolidação da democracia e da cultura democrática em Timor Leste, incidindo numa cultura multipartidária e no reforço das instituições – nomeadamente,

parlamento, governo, aparelho judicial, segurança, defesa e forças responsáveis pela aplicação da lei –, bem como a prestarem assistência no plano da urgente extensão da cobertura de todo o país pelos meios de comunicação social e no reforço das redes de educação e saúde, votando particular atenção às necessidades das crianças e das mulheres;

**A decisão de abrir uma Embaixada da UE em Timor é crucial para todas as acções necessárias. A CE só tem um funcionário a trabalhar regularmente em Timor, que depende do Gabinete de Jacarta. Com todos os problemas de comunicação no país, é-lhe impossível verificar se a acção da CE atinge os objectivos pré-definidos. Portanto para além de um espaço mais representativo, é necessário mais pessoal.**

11. Exorta a comunidade internacional a aumentar substancialmente o apoio ao efectivo acompanhamento da situação observada em Timor Leste em matéria de direitos humanos, e a propiciar assistência ao desenvolvimento de grupos locais de defesa dos direitos humanos, bem como de serviços locais de apoio às vítimas;

**O Fórum das ONG reconheceu alguns problemas de direitos humanos em Timor, mas não numa escala que implique a tomada imediata de certas medidas; o contributo para um melhor sistema judicial em Timor poderia contribuir para a redução dos problemas verificados em matéria de direitos humanos.**

12. Insta o Conselho e a Comissão da UE a exortarem as autoridades de Timor Leste a proibirem, desmantelarem e desarmarem todos os grupos paramilitares, bandos armados e civis armados, e a darem conta das preocupações europeias quanto à violência policial junto do Governo de Timor Leste em todas as reuniões oficiais e ao mais alto nível;

**O desemprego pode ser a causa das disrupções civis; aqui e além tivemos indícios que os interesses externos podem estar por detrás destas disrupções civis, mas não foram avançadas provas; no que diz respeito ao desmantelamento e ao desarmamento dos grupos paramilitares, concluímos que o comando internacional das forças deve ordenar o desarmamento dos grupos. De facto, o paradeiro dos grupos é conhecido, portanto podem ser detidos e presentes a tribunal.**

13. Exorta os representantes do Estado de Timor-Leste a respeitarem as normas internacionais em matéria de direitos humanos e a garantirem que o tratamento dado aos cidadãos pela polícia e pelas forças armadas seja conforme às normas internacionais em matéria de direitos humanos;

**Um incidente ocorreu alguns dias antes da chegada da delegação e deveu-se à actuação inconveniente das forças australianas; o general australiano que comandava as forças foi entretanto substituído; esperamos que o novo comandante venha com ordens para aceitar um comando unificado de todas as tropas sob a égide da ONU;**

14. Solicita à Conferência dos Presidentes que autorize o envio de uma delegação parlamentar *ad-hoc* a Timor-leste no Outono de 2006, para avaliar a situação política e examinar a adequação dos programas de assistência da EU;

**Esta delegação pode desempenhar, na íntegra, os objectivos que lhe foram cometidos e recomenda que o PE não deixe de conceder uma atenção regular a Timor, começando por autorizar o envio de uma missão de observação eleitoral durante o primeiro semestre de 2007;**

15. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, aos órgãos de soberania de Timor Leste (nomeadamente o Presidente, o Parlamento e o Governo), ao Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, ao Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas e ao Conselho de Segurança da ONU.

**A delegação solicita ao Presidente e ao Presidente da Comissão do Desenvolvimento que transmitam o presente relato a todas as autoridades pertinentes.**

## **7. Anexos**

- I. Programa da visita da Delegação do Parlamento Europeu
- II. Resolução do Parlamento Nacional sobre o Sistema de Segurança de Timor-Leste
- III. Resolução do Parlamento Nacional sobre Reforço e Garantia da Independência dos Tribunais
- IV. Assistência da Comissão Europeia à Estabilização da Comunidade de Timor-Leste (IOM)
- V. Calendário Provisório do Hospital de referência de Maubisse
- VI. Actualização Humanitária Timor-Leste
- VII. Projecto da UNDP Documento 00014960 - Reforço da democracia parlamentar em Timor-Leste
- VIII. Constituição da República Democrática de Timor-Leste
- IX. Apoio do Japão à resposta de emergência da IOM a Timor-Leste